V - as entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.
Art. 300. As consultas, após protocoladas, serão encaminhadas ao Conselho Relator, observada a prevenção, nos termos da distribuição bial, para exame de admissibilidade e regular processamento.

§ 1.º Quando a consulta não estiver vinculada, por prevenção, a um Conselheiro, a admissibilidade será efetuada pela Presidência, sendo distribuída por sorteio, na sessão plenária imediatamente seguinte ao seu processamento.

§ 2.º Havendo relevante interesse público, devidamente fundamentado, a consulta que versar sobre caso concreto poderá ser conhecida, a critério do Conselheiro Relator, caso em que será respondida com a observação de que a deliberação não constitui prejuízo do fato ou caso concreto.

§ 3.º Ressalvada a hipótese mencionada no parágrafo anterior, referindo-se a consulta sobre caso concreto ou não preenchendo quaisquer dos demais requisitos de admissibilidade, o Conselheiro Relator ou o Presidente, na hipótese do § 1.º, determinará seu arquivamento por meio de julgamento singular fundamentado.

§ 4.º Havendo necessidade para subsidiar seu parecer, o Conselheiro Relator poderá determinar a manifestação de outra unidade técnica especializada do Tribunal.

§ 5.º Com a instrução completa, o Conselheiro Relator apresentará proposta de Resolução com a resposta da consulta para deliberação plenária.

Art. 301. Se sobre a matéria objeto da consulta já houver deliberação plenária, o órgão técnico ou unidade técnica eventualmente consultada dela dará ciência ao Conselheiro Relator, juntando o referido prejudgado à sua manifestação.

§ 1.º Se considerar necessária a adoção de novo entendimento, o titular da Controladoria ou da unidade técnica poderá apresentar fundamentos legais e técnicos para abalzar sua reapreciação, ficando a critério do Conselheiro Relator apresentar proposta para alteração do prejudgado.

§ 2.º Na hipótese mencionada no *caput*, o Conselheiro Relator oficiará ao consulente, remetendo-lhe cópia da decisão constituída em prejudgado.

Art. 302. As decisões unânimes tomadas pelo Plenário em relação às consultas terão caráter normativo, após sua publicação no *Diário Oficial* do Estado, constituindo prejudgados de tese e vinculando o exame de feitos sobre o mesmo tema, a partir de sua publicação, mas não constituem, porém, prejudgamento de fato ou caso concreto.

§ 1.º Entende-se por prejudgado de tese o pronunciamento de natureza interpretativa de fato ou direito em tese, com o objetivo de uniformizar a jurisprudência referente às consultas.

§ 2.º O Plenário, por iniciativa fundamentada do Presidente, de Conselheiro, do Ministério Público ou a requerimento do interessado, poderá reexaminar a decisão anterior da consulta originária.

§ 3.º Cabe à Secretaria Geral consolidar os entendimentos do Tribunal Pleno exarados em processos de consulta.

TÍTULO XIII Das Disposições Finais

Art. 303. As atualizações monetárias dos débitos e das multas previstas no art. 57 da Lei n.º 84/2012, e disciplinadas neste Regimento Interno, utilizarão o índice oficial da inflação no período.

Art. 304. Eventuais alterações nas normas deste Regimento Interno somente serão possíveis mediante aprovação da maioria dos membros do Tribunal de Contas.

Parágrafo único. Aprovada a proposta de alteração, os artigos modificados conservarão a numeração original, os suprimidos terão a indicação expressa e os acrescidos deverão figurar em dispositivo conexo, até que o Regimento, devidamente reenumerado seja publicado na íntegra.

Art. 305. Aplicam-se subsidiariamente aos processos de competência do Tribunal de Contas as normas do Código de Processo Civil e as do Código de Processo Penal Brasileiro.

Art. 306. Este Regimento Interno entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 307. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 17 de dezembro de 2013.

Conselheiro JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidente

Conselheira MARA LÚCIA - Vice-Presidente

Conselheiro CEZAR COLARES - Corregedor

Conselheiro ALOÍSIO CHAVES

Conselheiro DANIEL LAVAREDA

Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES

Conselheiro Substituto SÉRGIO DANTAS

* Republicado por ter saído com incorreções no dia 21 de janeiro de 2014 na IOEPA de nº 32566.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

ADMISSÃO DE SERVIDOR NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 649383

Órgão: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modalidade de Admissão: Comissionado

Ato: PORTARIA nº 28.305

Data de Admissão: 01/02/2014

Nome do Servidor Cargo do Servidor

Observação

SILVIA MARIA CHAVES TEIXEIRA ASSESSOR EDUCACIONAL NS-01

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EDITAL 005/2014-CSMP NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 649517

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto nos artigos 62 e 63, da Lei Federal nº 8.625/93, c/c o artigo 88, § 1º e artigo 98, *caput*, da Lei Complementar nº 057/2006, **FAZ SABER** aos Promotores de Justiça de 2ª Entrância, que se encontram abertas pelo prazo de 10 (dez) dias, as inscrições nos **CONCURSOS DE REMOÇÃO** para preenchimento dos cargos vagos nas Promotorias de Justiça abaixo indicadas:

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA 2ª ENTRÂNCIA REMOÇÃO - 3 VAGAS		
Nº	CARGO	CRITÉRIO
1	4º PJ DE DEFESA COMUNITÁRIA E CIDADANIA, DA INFÂNCIA, JUVENTUDE E DOS IDOSOS DE BENEVIDES	MERECIMENTO
2	13ª PJ DE DIREITOS HUMANOS, ÓRFÃOS, INTERDITOS, INCAPAZES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS DE MARABÁ	ANTIGUIDADE
3	1º PJ DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	MERECIMENTO

Belém-Pa, 17 de fevereiro de 2014.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior

EDITAL 006/2014-CSMP NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 649522

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto nos artigos 62 e 63, da Lei Federal nº 8.625/93, c/c o artigo 88, § 1º e artigo 98, *caput*, da Lei Complementar nº 057/2006, **FAZ SABER** aos Promotores de Justiça de 1ª Entrância, que se encontram abertas pelo prazo de 10 (dez) dias, as inscrições nos **CONCURSOS DE REMOÇÃO** para preenchimento dos cargos vagos nas Promotorias de Justiça abaixo indicadas:

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA 1ª ENTRÂNCIA REMOÇÃO - 02 VAGAS		
Nº	CARGO	CRITÉRIO
1	PJ DE GOIANÉSIA DO PARÁ	MERECIMENTO
2	PJ DE CAPITÃO POÇO	ANTIGUIDADE

Belém-Pa, 17 de fevereiro de 2014.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior

PORTARIAS MP/PGJ E MP/SGJ-TA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 649562 PORTARIA Nº 551/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência, insculpidos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal/88;

CONSIDERANDO ser poder-dever da Administração Pública a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito nos artigos 199 e 200, da Lei Estadual nº 5.810/94 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará (RJU);

CONSIDERANDO os termos do art. 177, inciso I da Lei Estadual nº 5.810/1994;

CONSIDERANDO, finalmente, os termos do Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, Julgamento, Pedido de Reconsideração e novo Julgamento proferido nos autos do Processo Administrativo Burocrático nº 200/2012-MP/SGJ-TA (Protocolo nº 29316/2012),

R E S O L V E:

I - SUSPENDER, a partir da publicação desta, por 10 (dez) dias, o servidor MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por infração ao disposto nos artigos 177, inciso I da Lei Estadual nº 5.810/1994, apurada nos autos do Processo Administrativo Burocrático nº 200/2012-MP/SGJ-TA, instaurado através da Portaria nº 4502/2012-MP/PGJ, de 5/10/2012, publicada no D.O.E. de 17/10/2012.

II - CONVERTER referida penalidade em MULTA, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, permanecendo o servidor em exercício, de acordo com o art. 189, § 3º, da Lei nº 5.810/1994.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 28 de janeiro de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 922/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

REVOGAR a Portaria nº 147/2014-MP/PGJ, de 14/1/2014, publicada no D.O.E. de 6/2/2014, que concedeu à servidora MAYARA MAIA DE ARAÚJO, Auxiliar de Administração, lotada na Promotória de Justiça de Afuá-PA, a importância de R\$ 800,00 (oitocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de fevereiro de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Procurador-Geral de Justiça, com delegação

(Portaria n.º 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA Nº 947/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência, insculpidos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO ser poder-dever da Administração Pública a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito nos artigos 199 e 200, da Lei Estadual nº 5.810/94 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará (RJU);

CONSIDERANDO os termos do art. 190, inciso III, da Lei Estadual nº 5.810/1994;

CONSIDERANDO, finalmente, os termos do Relatório Conclusivo da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, às fls. 153/191, acolhido in totum, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 3260/2012-MP/PGJ (Protocolo nº 14111/2012),

R E S O L V E:

I - SUSPENDER, a partir da publicação desta, por 60 (sessenta) dias, o servidor WALAMIR DIAS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Auxiliares, por infração ao disposto no art. 190, inciso III, da Lei Estadual nº 5.810/1994, apurada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portaria nº 3260/2012-MP/PGJ, de 18/7/2012, publicada no D.O.E. de 2/8/2012.

II - CONVERTER referida penalidade em MULTA, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, permanecendo o servidor em exercício, de acordo com o art. 189, § 3º, da Lei nº 5.810/1994.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de fevereiro de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Procurador-Geral de Justiça, com delegação

(Portaria n.º 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA Nº 948/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o Contrato nº 017/2013-MP/PA, oriundo do Pregão Eletrônico nº 008/2013-MP/PA, firmado entre este Órgão Ministerial e a empresa DEISE LUIZA LIMA COMERCIO - ME, que tem como objeto o fornecimento de uniformes;

CONSIDERANDO que o prazo máximo para agendar a entrega das amostras dos uniformes era de 03 (três) dias, contados da data da homologação que foi em 15/04/2013;

CONSIDERANDO que a partir do dia 30/04/2013 a Chefe da Divisão de Serviços Gerais entrou em contato com a empresa para apresentação das amostras dos uniformes, mas nunca obteve êxito nas ligações;

CONSIDERANDO que o contrato foi assinado no dia 30/04/2013 e até o dia 14/05/2013 a empresa não havia iniciado a execução do mesmo, trazendo transtornos não só a unidade solicitante, como também a este Órgão Ministerial por prejuízos econômicos; CONSIDERANDO que os fatos acima expostos demonstram que a empresa descumpriu as obrigações previstas na Cláusula Oitava, item 8.2, "c", do referido Contrato, e que a empresa não observou o prazo para entrega do objeto licitado, previsto na Cláusula Décima, itens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 do Contrato nº. 017/2013;

CONSIDERANDO que tais descumprimentos contratuais ensejam a aplicação da penalidade prevista no item 13.2.5, I do Contrato nº 017/2013-MP/PA, que determina a aplicação de multa indenizatória, nos casos de inexecução total e impedimento de licitar e contratar, com base no item 16.4.1, IV do Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2013-MP/PA, além de cabível a rescisão unilateral do pacto firmado por inadimplência da empresa,

conforme art. 78, I c/c art. 79, I da Lei 8.666/93;

RESOLVE:

Aplicar à Empresa DEISE LUIZA LIMA COMERCIO - ME as seguintes penalidades;

1. MULTA INDENIZATÓRIA no valor de R\$2.524,31 (dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e um centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, com base no item 13.2.5, I do Contrato nº. 017/2013; 2. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com o Estado do Pará pelo período de 01 (um) ano, conforme o item 16.4.1, IV do Edital, no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 29 do Decreto Estadual nº 2069/2006; 3. RESCISÃO UNILATERAL do pacto firmado, prevista no art. 78, I c/c art. 79, I da Lei 8.666/93 e item 14.1.1 do Contrato nº 017/2013.

Belém, 12 de fevereiro de 2014.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Procurador-Geral de Justiça, com delegação

(Portaria n.º 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.º 952/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência, insculpidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO ser poder-dever da Administração Pública a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito nos artigos 199 e 200 da Lei Estadual nº 5.810/94 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará (RJU);

CONSIDERANDO, finalmente, os termos do Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância às fls. 129-139 e o julgamento prolatado nos autos Sindicância Investigatória (Protocolo nº 34743/2011) os quais foram acolhidos in totum,

R E S O L V E:

DETERMINAR o arquivamento da Sindicância Investigatória instaurada pela PORTARIA Nº 3144/2012-MP/PGJ, de 10/7/2012, publicada no D.O.E. de 13/7/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de fevereiro de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Procurador-Geral de Justiça, com delegação

(Portaria n.º 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.º 953/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO os termos do Processo Administrativo Disciplinar nº 010/2010-MP/CGMP, instaurado através da PORTARIA Nº 012/2010-MP/CGMP, de 9 de março de 2010 e o Relatório Conclusivo da Corregedoria-Geral do Ministério Público, às fls. 440-471, acolhido in totum no julgamento prolatado às fls. 474-478;

CONSIDERANDO os termos da decisão proferida pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça em 6 de outubro de 2011, que, à unanimidade de votos, julgou improvido o recurso interposto;

CONSIDERANDO o retorno do membro do Ministério Público, após licença para tratamento de saúde, nos termos da PORTARIA Nº 4842/2011-MP/PGJ, de 10/11/2011, publicada no D.O.E. de 25/11/2011;

CONSIDERANDO o art. 18, XI da Lei Complementar nº 057/2006, que dispõe sobre a competência do Procurador-Geral de Justiça para aplicar penalidade contra os membros do Ministério Público,

R E S O L V E:

APLICAR a penalidade de SUSPENSÃO, por 60 (dias) à Promotora de Justiça E.S.N., com fundamento no art. 167, inciso III, c/c o art. 172, caput e Parágrafo Único da Lei Complementar nº 057/2006, por infração ao disposto nos arts. 166, incisos I e III, 154, incisos I, II e XXXIII, 155, inciso II da Lei Complementar nº 057/2006, e art. 43, inciso IX, da Lei Federal nº 8.625/93, c/c art. 1º, inciso XV, alíneas "a" e "b" da Resolução nº 003/2003-MP/PGJ/CGMP.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de fevereiro de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Procurador-Geral de Justiça, com delegação

(Portaria n.º 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.º 957/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

CONCEDER à Promotora de Justiça JEANNE MARIA FARIAS DE OLIVEIRA licença para tratamento de saúde, no período de 5 a 9/2/2014, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar Estadual nº. 057, de 6/7/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de fevereiro de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Procurador-Geral de Justiça, com delegação

(Portaria n.º 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.º 958/2014-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei

Orgânica Nacional do Ministério Público - Lei nº 8.625/1993, e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará - Lei nº 057, de 06 de julho de 2006; CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça MÁRCIO SILVA MAUÉS DE FARIA para, até 28/2/2014, atuar em conjunto com o Promotor de Justiça Lauro Francisco da Silva Freitas Junior, no 6º cargo de Promotor de Justiça de Marituba, a contar de 6/2/2014, sem prejuízo de suas atribuições nas Promotorias de Justiça de Ananindeua.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, Belém 12 de fevereiro de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional,

COM DELEGAÇÃO DE PGJ (PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA Nº 962/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 26, inciso XI, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a manifestação do Conselho Superior do Ministério Público, acolhida *in totum*,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolado sob nº 49174/2013, em 5/12/2013,

R E S O L V E:

AUTORIZAR a Promotora de Justiça SUELY REGINA AGUIAR CRUZ, a frequentar o Curso Básico de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, Curso de Extensão da Universidade da Amazônia - UNAMA, no período de 17 a 28/2/2014.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de fevereiro de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Procurador-Geral de Justiça, com delegação

(Portaria n.º 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA Nº 963/2014-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de assegurar a continuidade dos serviços ministeriais no âmbito das Promotorias de Justiça de Santarém;

CONSIDERANDO o deslocamento do Promotor de Justiça Mário Raul Vicente Brasil para o município de Santarém;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de assegurar a continuidade dos serviços ministeriais no âmbito das Promotorias de Justiça de Violência Doméstica da Capital,

R E S O L V E:

I - DESIGNAR o Promotor de Justiça DANYLLO POMPEU COLARES para atuar nas sessões do Tribunal do Júri designadas para os dias 11 e 13/2/2014, na Comarca de Santarém.

II - DESIGNAR o Promotor de Justiça MÁRIO RAUL VICENTE BRASIL para atuar nas sessões do Tribunal do Júri designadas para os períodos de 18 a 20/2/2014 e de 25 a 27/2/2014, na Comarca de Santarém.

III - DESIGNAR o Promotor de Justiça FRANKLIN LOBATO PRADO para realizar as audiências do 3º e 4º cargos das Promotorias de Justiça de Violência Doméstica da Capital, no período de 17 a 21/2/2014 e de 24 a 28/2/2014, sem prejuízo de suas atribuições originárias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, Belém, 12 de fevereiro de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional,

COM DELEGAÇÃO DE PGJ (PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA Nº 966/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do Processo Administrativo Disciplinar nº 014/2010-MP/CGMP, instaurado através da PORTARIA Nº 013/2010-MP/CGMP, de 12 de abril de 2010 e o Relatório Conclusivo da Corregedoria-Geral do Ministério Público, às fls. 275-298, acolhido in totum no julgamento prolatado às fls. 301-303;

CONSIDERANDO os termos da decisão proferida pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça em 15 de outubro de 2013, que, à unanimidade de votos, julgou improvido o recurso interposto;

CONSIDERANDO o art. 193, IV da Lei Complementar nº 057/2006, que dispõe que a decisão do recurso administrativo disciplinar pelo E. Colégio de Procuradores é insuscetível de reconsideração pelo mesmo Colegiado e, na esfera administrativa, é terminativa;

CONSIDERANDO o art. 18, XI da Lei Complementar nº 057/2006 que dispõe sobre a competência do Procurador-Geral de Justiça para aplicar penalidade contra os membros do Ministério Público,

R E S O L V E:

APLICAR a penalidade de SUSPENSÃO, por 30 (trinta) dias à Promotora de Justiça E.S.N., com fundamento no art. 167, inciso

III, c/c o art. 172, caput e Parágrafo Único da Lei Complementar nº 057/2006, por infração ao disposto no arts. 166, incisos I e III, 154, incisos XXI e XXXIII; e ao disposto no art. 43, inciso IX, da Lei Federal nº 8.625/93, c/c art. 1º, incisos VI, X, alínea "j" e XI, alínea "a" da Resolução nº 003/2003-MP/PGJ/CGMP.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de fevereiro de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Procurador-Geral de Justiça, com delegação

(PORTARIA N.º 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.º 983/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E:

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Promotor de Justiça DANIEL MENEZES BARROS, estabelecidas pela PORTARIA N.º 7780/2013-MP/PGJ, de 12/12/2013, no período de 6/2 a 7/3/2014, para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 13 de fevereiro de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Procurador-Geral de Justiça, com delegação

(PORTARIA N.º 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.º 38/2014-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAIA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 2227/2013-MP/PGJ, 16 de abril de 2013,

R E S O L V E:

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias dos servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de Motorista, estabelecidas pela Portaria n.º 817/2013-MP/SGJ-TA, de 12/12/2013, no período de 7/1 a 5/2/2014, para gozo oportuno:

ARY ORLANDO DE SOUZA OLIVEIRA

CARLOS AUGUSTO DA SILVA BOUÇOU

FÁBIO HENRIQUE RIBEIRO DOS SANTOS

GILBERTO TELES DA COSTA FONSECA

ILVAN DE SOUZA MARINHO

IVAN ASSUNÇÃO SOARES DE SOUZA

JOSÉ RIBAMAR BARROS DA CRUZ

JÓZIMO AZEVEDO BOTELHO

MARCELO AUGUSTO TEIXEIRA MIRANDA

NELSON ELIAS DE SOUSA

NELSON EDIVAL COELHO CASTRO

PEDRO PAULO VIEIRA SILVA

RAIMUNDO AFONSO PEREIRA

SILVIO NONATO COELHO DA SILVA

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 7 de fevereiro de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Subprocurador-Geral de Justiça,

área técnico-administrativa

TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 649574

Ato: 14/2014

Término Vínculo: 06/02/2014

Tipo: Término de Vínculo de Servidor

Motivo: EXONERAR, A PEDIDO, DE ACORDO COM O ART. 58, I E ART. 59 DA LEI ESTADUAL N.º 5.810, DE 24/1/1994.

Orgão: MINISTERIO PUBLICO

Servidor(es):

Concurso / MARIA GERENILDA DA SILVA PINHEIRO (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO)<br

Ordenador: MIGUEL RIBEIRO BAIA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 649707

RESOLUÇÃO Nº 003/2014-CPJ, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014

Aprova o regulamento de concurso público de ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Pará.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso XVII, da Lei Complementar Estadual nº 057 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), de 6 de julho de 2006, R E S O L V E:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O concurso público de provas e títulos para ingresso no cargo inicial da carreira do Ministério Público do Estado do Pará é regulamentado por esta Resolução.

Art. 2º O ingresso na carreira dar-se-á no cargo inicial de Promotor de Justiça, observado o número de vagas fixado pelo Colegiado.

Parágrafo único. O prazo de validade do concurso, para efeito de nomeação, será de um ano, contado da publicação do ato homologatório, prorrogável uma única vez pelo mesmo período.

Art. 3º Compete à Procuradoria-Geral de Justiça organizar e realizar o concurso de ingresso por meio de edital publicado na Imprensa Oficial do Estado, observado o disposto no § 1º do art.